

Estudo Técnico Preliminar 10/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 08230.004327/2021-91

2. Descrição da necessidade

2.1. O Contrato nº 03/2018 – SR/PF/AL, que trata do ajuste para prestação dos serviços de vigilância armada, recebeu o terceiro Termo Aditivo em 02/08/2021, no entanto e em que pese a possibilidade jurídica, a Contratada manifestou sua insatisfação com os preços vigentes, firmando o novo aditivo para vigorar por seis meses ou até que se conclua nova contratação.

2.2. Os serviços de segurança/vigilância são de natureza continuada, não devendo sofrer interrupção.

2.3. Contratação dos serviços de vigilância armada patrimonial para garantir a segurança das instalações, patrimônio físico, servidores, colaboradores e usuários externos na Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas – SR/PF/AL e no prédio da Delegacia de Repressão à Entorpecentes – DRE.

2.4. Prover um ambiente seguro e vigiado para os servidores, demais colaboradores e público externo que acessam as dependências da SR/PF/AL e DRE, mediante: monitoramento da circulação de pessoas e veículos nos ambientes vinculados as unidades do órgão; triagem eletrônica, efetuada por meio de equipamentos operados pelos profissionais contratados, com o fim de evitar a entrada de armas ou objetos nocivos à segurança das pessoas; vigilância dos bens públicos pertencentes ou custodiados nas dependências do órgão.

2.5. Contratar atividades auxiliares, instrumentais e acessórias de vigilância patrimonial enquadradas nos pressupostos do Decreto nº 9.507/18 e regulamentos, visando suprir a necessidade da SR/PF/AL, que não possui atualmente em seus quadros funcionais a categoria profissional envolvida no objeto de contratação pretendido.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Administração e Logística Policial	Jorge Cley de Oliveira Rosa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Possuir regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade para contratar com a Administração Pública.

4.2 Possuir capacidade técnica e operacional, com experiência mínima de 03 (três) anos.

4.3 Adotar os critérios para sustentabilidade ambiental definidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, notadamente o disposto em seu Art. 6º, no que for aplicável.

4.4 Disponibilizar profissionais conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO: atividade ou serviço (Vigilância), código (5173), ocupação (Vigilante).

4.5 Pagar adicional de periculosidade previsto na Lei n.º 12.740/12, no grau máximo, de 30% (trinta por cento), por ser a atividade de vigilância considerada de risco.

4.6 A contratada deve ter registro junto ao órgão fiscalizador e atender as disposições dos normativos pertinentes a exploração dos serviços de vigilância, em especial: Lei nº 7.102/1983; Decreto nº 89.056/1983; e Portaria DG/DPF nº 3.233/2012.

4.7 Prestar os serviços de forma continuada e ininterruptamente, o que justifica a escolha de postos de trabalho, em regime de revezamento e com plantão de 12 horas com 36 horas de descanso. Manter vigilantes em postos estratégicos 24 horas por dia, 7 dias por semana, tanto no período diurno como no noturno.

4.8 Atender aos benefícios definidos em Acordo Coletivo da categoria para região de Alagoas, quando existente e aplicáveis aos profissionais contratados.

4.9 Contratação para o período de 12 (doze) meses, podendo haver prorrogações sucessivas até o limite fixado na legislação de 60 meses.

4.10 Para fins de análise das planilhas de preços, as licitantes deverão utilizar obrigatoriamente modelo de planilha de preços fornecido pela Administração, bem como apresentar memória de cálculo de custos, caso a forma de cálculo seja diferente daquela sugerida pela Administração.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Considerando as consultas realizadas para o objeto em questão, não se vislumbra outro meio eficaz para a prestação dos serviços de vigilância se não por meio da terceirização de mão-de-obra.

5.2 A praxe dos órgãos públicos vem sendo a contratação dos serviços de vigilância por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma tradicional.

5.3 Identificado na análise do mercado dois formatos prevalentes de escalas de trabalho: a) Posto de Vigilância de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo um vigilante; e b) Posto de Vigilância – 12 (doze) horas, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, envolvendo 02 (dois) vigilantes por posto. Considerando que a necessidade da SR/PF/AL é a prestação dos serviços de forma contínua e sem interrupções, a melhor opção é a contratação de postos com escalas de trabalho de 12 x 36 horas.

5.4 Os bens da SR/PF/AL que necessitam de vigilância contínua são consideradas áreas de segurança, onde são guardados e até custodiados bens de valor e documentos sensíveis, onde há grande circulação de pessoas, inclusive de público externo, fazendo-se necessário a presença de vigilantes armados.

5.5 A atual contratação foi modelada e vem sendo executada da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ATUAL
1	Posto de vigilância armada diurna, das 07:00h às 19:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 01 (um) na SR/PF/AL e outro na DRE.	02	R\$ 8.076,42
2	Posto de vigilância armada noturno, das 19:00h às 7:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 02 (dois) e 01 (um) na DRE.	03	R\$ 9.676,90

5.6 Considerando que os preços da contratação em vigor na SR/PF/AL estão atualizados com a mais recente Convenção Coletiva da Categoria envolvida e que não se vislumbra na modelagem do objeto aumento de postos, projeta-se que a nova contratação ficará no limite da atual, podendo resultar em economia, em razão da competitividade do mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

ATIVIDADE OU SERVIÇO	CÓDIGO	OCUPAÇÃO
----------------------	--------	----------

VIGILÂNCIA	5173	VIGILANTE
------------	------	-----------

6.2 O serviço compreende a execução das seguintes tarefas básicas:

6.2.1 Manter vigilância nos locais indicados e Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências;

6.2.2. Manter afixado no Posto, em local visível, os números dos telefones de emergência dos órgãos de segurança (PM, PC, PRF, Guarda Municipal, Bombeiros) e proteção a saúde pública (SAMU, Hospitais);

6.2.3 Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;

6.2.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

6.2.5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos oficiais nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, e inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

6.2.6. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

6.2.7. Comunicar à área de segurança da Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;

6.2.8. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

6.2.9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos particulares, inclusive viaturas oficiais (VTR's) e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa à executar;

6.2.10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;

6.2.11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;

6.2.12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

6.2.13. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

6.2.14. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

6.2.15. Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

6.2.16. Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

6.2.17. Registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços.

6.2.18. Cumprir com os deveres de vigilantes previstos no art. 164 da Portaria n. 3.233 - DG/PF, de 10/12/2012 ou do regulamento que venha a substituir, saber:

6.2.18.1. exercer suas atividades com urbanidade, probidade e denodo, observando os direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos, no exercício de suas funções;

6.2.18.2. utilizar, adequadamente, o uniforme autorizado, apenas em serviço;

6.2.18.3. portar a Carteira Nacional de Vigilante - CNV;

6.2.18.4. manter-se adstrito ao local sob vigilância, observando-se as peculiaridades das atividades de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal; e

6.2.18.5. comunicar, ao seu superior hierárquico, quaisquer incidentes ocorridos no serviço, assim como quaisquer irregularidades relativas ao equipamento que utiliza, em especial quanto ao armamento, munições e colete à prova de balas, não se eximindo o empregador do dever de fiscalização.

6.2.19 A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

6.3 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

6.3.1 calças;

6.3.2 camisas de mangas cumpridas e curtas;

6.3.3 Sapatos ou botas;

6.3.4 Cinto de nylon;

6.3.5 Meias de cano longo;

6.3.6 Jaqueta para frio ou japonsa;

6.3.7 Capa de chuva;

6.3.8 Boné/Quepe com emblema

6.4 O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma: 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

6.5. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

6.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6.7 As peças devem ser confeccionadas com material que tenha os parâmetros de qualidade referenciados pela ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas), levando-se em consideração o bom nível de qualidade mantido pelo órgão e as condições climáticas da região no decorrer do ano.

6.8 Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição:

6.8.1. Crachá;

6.8.2. Revólver calibre 38;

6.8.3. Cinto com coldre e baleiro;

6.8.4 Munição calibre 38;

6.8.5. Distintivo tipo Broche;

6.8.6. Livro de Ocorrência;

6.8.7. Cassetete;

6.8.8 Porta Cassetete;

6.8.9 Apito;

6.8.10. Cordão de Apito;

6.8.11. Lanterna 3 pilhas;

6.8.12. Pilha para lanterna;

6.8.13. Coletes à prova de balas (Portaria nº. 387/2006-DG/DPF e Portaria rf. 191/2006-TEM; e

6.8.14 Capa para colete.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Considerando as diretrizes da Portaria nº 1.718 – SR/PF/AL, que dispõe sobre a segurança física das instalações da SR/PF/AL e fixa outras atribuições, a equipe de Plantão na sede da PF em Alagoas é composta por 01 (um) vigilante durante o dia e 02 (dois) vigilantes durante o período noturno.

7.2 Considerando o tamanho do prédio da DRE, a disposição e locais de acesso à edificação, fixou-se a quantidade mínima de 01 (um) vigilante diurno e 01 (um) noturno, como suficiente para manter os serviços em questão naquela edificação de forma contínua e ininterrupta.

7.3 Estima-se a seguinte quantidade e tipo de postos para execução dos contrato de vigilância na SR/PF/AL:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Posto de vigilância armada diurna, das 07:00h às 19:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 01 (um) na SR/PF/AL e outro na DRE.	02
2	Posto de vigilância armada noturno, das 19:00h às 7:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 02 (dois) na SR/PF/AL e 01 (um) na DRE.	03

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 Para definição dos valores de referência da nova contratação foi elaborada pesquisa seguindo as diretrizes da IN nº 73/2020 e da Portaria nº 449/2021 – SE/MJSP.

8.2 Foram identificados 13 registros de licitações realizadas nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, no exercício de 2021.

8.3 Os extratos das pesquisas foram acostados no arquivo nº 20079310 do Processo SEI nº 08230.004327/2021-91.

8.4 Conforme apurado na planilha elaborada pelo órgão, conforme anexo deste ETP, os valores estimados de contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNITÁRIO ATUAL	QUANT. MESES	VALOR TOTAL POR ITEM
1	Posto de vigilância armada diurna, das 07:00h às 19:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 01 (um) na SR/PF/AL e outro na DRE.	02	R\$ 8.715,76	12	R\$ 209.178,24

2	Posto de vigilância armada noturno, das 19:00h às 7:00h, escala de 12x36, de segunda-feira a domingo, sendo 02 (dois) e 01 (um) na DRE.	03	R\$ 9.617,29	12	R\$ 346.222,44
Total Estimado					R\$ 555.400,68

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2 Embora o parcelamento da solução seja a regra para licitação, a qual deve ser realizada por itens, no presente caso, o objeto será licitado em dois itens, face as suas características e preços diferenciados para cada tipo posto. Os itens em disputa devem ser agrupados para garantir a padronização dos serviços, economia processual na gestão do contrato, economia de escala por tornar a proposta mais vantajosa para ambas partes e não frustrar o caráter competitivo.

9.3 Todas as empresas do seguimento atendem os dois itens em disputa. Portanto, o agrupamento é economicamente justificável.

9.4 O gerenciamento integrado dos serviços que compõem o objeto garante ao contratante celeridade, harmonia para revisão dos atos e, principalmente, reduz gastos com a gerencia de vários contratos para uma mesma finalidade, portanto, e nestas hipóteses, também se mostra tecnicamente viável licitar os serviços em um único Lote/Grupo

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não foi identificada contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação em estudo encontra-se nas ações estratégicas, mais especificamente no item 2.5.2 do Anexo IV, da Resolução nº 05-CGPF/PF, de 12/08/2021, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2014/2022 e o Mapa Estratégico da Polícia federal 2021/2023, conforme a seguir transcrito:

...

Anexo IV

...

2.5.2 Ação Estratégica: Padronizar a Gestão de Compras e Contratações

Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade. Assim como, acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

11.2 O objeto em questão está indicado no Plano Anual de Contratações para 2021 da SR/PF/AL, conforme registros transcritos abaixo:

UASG	Nº Item	Tipo de Item	Subitem	Código do Item	Descrição	De qual informação é o item para vincular ao e aspectos/ne cessidades orçamentárias	Valor total estimado (R\$)	Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grau de prioridade	Data desejada	Renovação de contrato
200358	8	Serviço	CONTEJADO	34019	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA	Não	R\$ 307.478,76	0	Não		22	12/08/2021	Não
200358	9	Serviço	CONTEJADO	34019	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA	Não	R\$ 318.883,60	0	Não		22	12/08/2021	Não

12. Resultados Pretendidos

12.1 Garantir vigilância e segurança para patrimônio público, bem como, a integridade física dos servidores, demais colaboradores e público em geral que eventualmente transitam nas instalações da SR/PF/AL e DRE/DRCOR/SR/PF/AL.

12.2 Contratação de serviços com preços vantajosos para Administração.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Realizar a licitação seguindo os normativos pertinentes à matéria.

13.2 Formalizar a contratação, após a escolha do prestador de serviços.

13.3 designar os fiscais da contratação.

13.4 Fiscalizar a execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os materiais e equipamentos a serem empregados deverão atentar para os critérios de Sustentabilidade Ambiental definidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, notadamente o disposto em seu Art. 6º, no que for aplicável.

14.2 Para redução do impacto ambiental, a Contratada fica obrigada a:

14.2.1 Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

14.2.2 Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;

14.2.3 Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

14.2.4 Utilizar, sempre que possível, materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

14.2.5 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a IN nº 05/2017 – SEGES/MPOG, IN nº 40/2020-SEGES/ME e IN 73 /2020 – SEGES/ME, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição. Atende, portanto, adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

DESPACHO - SR/PF/AL

1. Aprovo o Estudo Técnico Preliminar Digital, doc. xxxxxx, nas condições e quantidades aqui definidas, visando a atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas - SR/PF/AL, especificamente com objetivo de contratar os serviços de vigilância armada, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações, e demais legislações correlatas.

2. Restitua-se ao SELOG/SR/PF/AL para conhecimento e prosseguimento da instrução processual.

SANDRO LUIZ VALLE PEREIRA

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional

16. Responsáveis

Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação SELOG/SR/PF/AL 19744580

JORGE CLEY DE OLIVEIRA ROSA

Perito Criminal Federal / Responsável pela Demanda

Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação SELOG/SR/PF/AL 19744580

ANDERSON DE ABREU ALVES

Escrivão de Polícia Federal / Integrante Técnico e Responsável pela Fiscalização

Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação SELOG/SR/PF/AL 19744580

FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA

Administrador / Integrante Administrativo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI_PF - 20442441 - Anexo ETP - Planilha de Custos.pdf (316.67 KB)

Anexo I - SEI_PF - 20442441 - Anexo ETP - Planilha de Custos.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo nº 08230.004327/2021-91

Licitação nº 07/2021 – SR/PF/AL

Discriminação dos Serviços		
A	Data da Apresentação da Proposta	/ /2021
B	Município/AL	Maceió/AL
C	Ano, número e vigência da Convenção	AL000068/2021 – 01/01/21 a 31/12/21
D	Nº de meses da contratação	12 meses

Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço	CBO	Unidade de Medida	Quantidade
Vigilância Aramada	5173-30	Postos 12 x 36 horas - Diurno	02
		Postos 12 x 36 horas - Noturno	03

* Cada posto envolve 02 (dois) vigilantes

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	Salário-Base	1.182,53	1.182,53
B	Adicional de Periculosidade	354,76	354,76
C	Adicional de Produtividade	70,95	70,95
D	Adicional Noturno		194,56
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Outros (especificar)		
Total		1.608,24	1.802,80

A – Salário base (SB) = R\$ 1.182,53, conforme Cláusula 4ª da CCT/2021;

B – Periculosidade de 30% sobre SB, conforme art. 1º da Lei 12.740/2012 e Portaria 1885/TEM de 2013.

C – Produtividade de 6% sobre SB, conforme cláusula 4ª da CCT/2021.

D – Adicional Noturno (AD) de 25%, conforme Cláusula 12 da CCT/2021.

Memória de Cálculo – AD = (A + B + C) / 220 x 7 x 25% x (365 / 12 / 2)

Nota – Conforme Cláusula 6ª da CCT/2021, os reflexos de adicional noturno, intervalo intrajornada e horas extras serão inclusos no Descanso Semanal Remunerado - DSR.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	13º (décimo terceiro) Salário (8,3333%)	134,02	150,23
B	Férias e Adicional de Férias (11,1111%)	178,69	200,31
Total		312,71	350,54

A = (Total do Módulo 1) / 12

B = [(Total do Módulo 1) / 12] + (33,3333% x 8,3333%)

Nota – Metodologia conforme Estudo Sobre Composição dos Custos para serviços de Vigilância, no Estado de Alagoas, em 2019. (SEGES/ME).

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	INSS (20%)	384,19	430,67
B	Salário Educação (2,50%)	48,02	53,83
C	SAT (RAT X FAT - 3,00%)	57,63	64,60
D	SESC ou Sesi (1,50%)	28,81	32,30
E	SENAI - SENAC (1,00%)	19,21	21,53
F	SEBRAE (0,60%)	11,53	12,92
G	INCRA (0,20%)	3,84	4,31
H	FGTS (8,00%)	153,68	172,27
Total		706,91	792,43

A – Seguridade Social – 20% - Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457, de 2007;

B – Salário Educação – 2,5% - Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982;

C – Seguro Acidente de Trabalho (RAT x FAT). RAT = 3% para atividades de vigilância armada – código 8011-1/01, todos do Anexo V do Decreto nº 3.048/1999. FAT – Fator Acidentário é um multiplicado que pode variar de 0,5 à 2,0. Deverá ser comprovado pelo licitante. Conforme Caderno de Estudos SEGES/ME, para este cálculo será adotado o SAT de 3%;

D – SESC/SESI – 1,5% - Art. 30, Lei 8.036/90;

E – SENAI/SENAC – 1,00 – Art. 1º, *caput*, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, *caput*, do Decreto-Lei 1.146 de 1970;

F – SEBRAE – 0,60% - Art. 8º, Lei 8.029/90;

G – INCRA – 0,20% - Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 1970;

H – FGTS – 8% - Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/1988.

Base de Cálculo = [(Módulo 1 + Submódulo 2.1) x percentual do componente], conforme metodologia do Estudo Sobre Composição dos Custos. Serviços de Vigilância. Alagoas. SEGES/ME. 2019.

Total = 36,80%, podendo chegar a 39,80%, caso o FAP do licitante esteja a 2.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	Transporte	62,02	62,02
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	259,80	259,80
C	Assiduidade (Cláusula 16 da CCT)	9,50	9,50
D	Prêmio (Cláusula 29 da CCT)	27,54	27,54
E	Seguro de Vida	7,33	7,33
F	Outros (especificar)		
Total		366,19	366,19

A – Vale Transporte (VT). Em Maceió/AL = R\$ 3,25, conforme Decreto nº 9042/2021 – PMM. Dedução Legal de 6% do salário-base (SB), conforme art. 4º. Parágrafo único, da Lei 7.418/85. Regra da Proporcionalidade de 50% do desconto, conforme art. 10 do Decreto 95.247/1987

Memória de Cálculo - VT = [(15 x 2 x R\$ 3,25) – (SB x 50% x 6%)]

B – Auxílio-Refeição (AR). R\$ 21,65, conforme Cláusula 13 da CCT/2021. Custeio de 20% pelo empregado, conforme Parágrafo Terceiro da Cláusula 13 da CCT/2021.

Memória de Cálculo – AR = (R\$ 21,65 x 15) x 80%;

C – Assiduidade (AS) – R\$ 113,95 (ao ano), conforme Cláusula 16 da CCT/2021.

Memória de Cálculo – AS = (R\$ 113,95 / 12)

D – Prêmio Mensal (jornada 12 x 36) – R\$ 27,54, conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula 12 da CCT/2021;

E – Seguro de Vida. Valor apurado em pesquisa de preços.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encar. e Benef. Anuais/Mensais/Diários	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	312,71	350,54
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	706,91	792,43
2.3	Benefícios Mensais e Diários	366,19	366,19
Total		1.385,81	1.509,16

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
---	------------------------	-------------------------	--------------------------

A	Aviso Prévio Indenizado (0,46%)	7,40	8,29
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (0,04%)	0,64	0,72
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (3,44%)	55,32	62,02
D	Aviso Prévio Trabalhado (1,94%)	31,20	34,97
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (0,71%)	11,42	12,80
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (0,78%)	12,54	14,06
Total (7,36%)		118,53	132,87

A – Aviso Prévio Indenizado (API) – 0,46%. Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88.

Nota 01 - O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF recomenda a utilização do percentual estatístico de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio.

Memória de Cálculo: $[(1/12) \times 0,0555 \times 100] = 0,46\%$

B – FGTS sobre API – 0,04%. Memória de Cálculo: $8\% \times 0,46\% = 0,04\%$

C – Multa do FGTS sobre API – 3,44%. Art. 18, §1º da Lei 8.036/90.

Memória de Cálculo: $((0,08 \times 0,4 \times 0,9) \times (1+0,0833+0,1111)) \times 100$

Nota 02 – Segundo manual do Comprasnet 10% dos empregados pede demissão, razão pela qual a provisão recair sobre os 90% (0,9) que recebem.

Nota 03 – A Contribuição Social de 10%, que foi retirada em janeiro de 2020, não consta da memória de cálculo.

Nota 04 – Base = 1 Remuneração + 0,833 do 13º + 0,1111 de Férias + Adicional

D – Aviso Prévio Trabalhado (APT) – 1,94%. Conforme Acórdão TCU 1904/2007

Memória de Cálculo: $[(1 \text{ salário integral} / 30 \text{ dias}) \times 7 \text{ dias}] / 12 \text{ meses} = 1,94\%$

Nota 05 - Este percentual deverá vigorar somente durante o primeiro ano do contrato. A partir do segundo ano de contrato, conforme Acórdão TCU 1186/2017 e Lei nº 12.506/2011, o percentual passará para 0,194%, para fazer face ao acréscimo de 03 dias de aviso prévio trabalhado após 01 ano. Cálculo: $1,94\% \times 10\%$. Este percentual vigorará após o primeiro ano de contrato (prorrogação contratual).

E – Módulo 2. Sobre APT – 0,71%.

Memória de Cálculo: $(36,80\% \times 1,94\%) = 0,71$

Nota 06 - Conforme Acórdão 1.186/2017 – TCU/Plenário, o percentual referente a Aviso Prévio Trabalhado e suas incidências serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato, e no caso de eventual prorrogação, serão retirados, com vigência a partir do primeiro aniversário da avença, em atendimento ao exposto no Acórdão 3006/2010 -Plenário - TCU.

F – FGTS sobre APT – 0,78%. Cálculo: $(0,4 \times 0,0194) \times 100 = 0,78\%$

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	Substituto na cobertura de Férias (15 dias ¹ ou 4,16%)	129,69	143,53
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (1 dia ¹ ou 0,28%)	8,65	9,57
C	Licença-Paternidade (0,33 dia ¹ ou 0,09%)	2,85	3,16
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (0,69 dia ¹ ou 0,19%)	5,97	6,60
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (0,25 dia ¹ ou 0,07%)	2,16	2,39
F	Substituto na cobertura de Outros: Reciclagem, Doença, Consulta, Óbitos em família, Casamento, Doação de Sangue, Testemunho, Pré-natal. (4,10 dias ⁽²⁾ ou 1,14%)	35,45	39,23
Total (21,3562 dias ou 5,94%)		184,76	204,49

(1) - Incidências conforme metodologia do caderno para vigilância em Alagoas da SEGES/ME (2019).

(2) - Somatório das incidências previstas no caderno e especificadas no componente "F".

Nota 01 – Base de Cálculo = $((\text{Custo Diário}) / 12)) = \{[(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3}) / 30] / 12\}$

Memória de Cálculo: “Valor” = $\{[(\text{Custo Diário}) / 12]) \times n^\circ \text{ de dias}]\} = \{[(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3}) / 30] / 12 \times n^\circ \text{ de dias}\}$

Nota 02 - Percentual estimado apurado pela divisão do valor do componente pelo somatório dos Módulos 1, 2 e 3.

Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada

4.2	Intrajornada	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	177,88	199,40
Total		177,88	199,40

A – Compensação de Intervalo Intrajornada, conforme Cláusula 33 da CCT/2021.
Nota 01 - Caso não haja concessão do intervalo para repouso e alimentação ou a concessão seja parcial, o empregador ficará obrigado a indenizar em dinheiro, o período de 01 (uma) hora ou fração desta com acréscimo de 60 % (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho, acrescidos dos respectivos adicionais se for o caso, conforme a Lei nº. 8.923/94.
Memória de Cálculo: (Remuneração / 12 x 365 / 12 / 2 x 1,6)

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	184,76	204,49
4.2	Substituto na Intrajornada	177,88	199,40
Total		362,65	403,89

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	Uniformes	59,24	59,24
B	Materiais	8,04	8,04
C	Equipamentos	68,31	68,31
D	Outros (especificar)		
Total		135,59	135,59

Nota 01 – Para definição dos valores dos componentes do Módulo 5 foi realizada pesquisa de mercado, conforme art. 5, II, da IN nº 73/2020 – SEGES/ME. Os valores individualizados foram extraídos das 15 (quinze) planilhas pesquisadas, quando constatada discriminação similar.
Nota 02 – Foram considerados uniformes as peças discriminadas nos itens de 11.2.1 à 11.2.8 do Termo de Referência, Anexo I do Edital da Licitação.
Nota 03 – Foram considerados materiais os objetos discriminados nos itens 9.1.1, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.12 e 9.1.14 do Termo de Referência, Anexo I do Edital da Licitação.
Nota 04 – Foram considerados equipamentos os objetos discriminados nos itens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10 e 9.1.11.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	Custos Indiretos (5,00%)	180,54	199,22
B	Lucro (5,00%)	189,57	209,18
C	Tributos (8,65%)	376,96	415,95
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	28,33	31,26
	C.2. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	130,74	144,26
	C.3. Tributos Municipais (ISS 5,00%)	217,89	240,43
Total (18,65%)		747,07	824,34

A – O Estudo de Custos do Ministério da Economia, conforme caderno para os serviços de vigilância no Estado de Alagoas, em 2019 (pg. 29), indica o percentual de 6% para custos indiretos (CI), em atenção à metodologia adotada pela FIA em estudos de 2014/2015. No entanto, conforme pesquisa em 15 (quinze) resultados de licitações e mapa comparativo, apurou-se o CI de 0,90%. Portanto, razoável adotar para fixação do preço máximo 5% de CI.
Memória de Cálculo: (Módulos 1 + 2+ 3+ 4 + 5) x (% de CI);
B - O Estudo de Custos do Ministério da Economia, conforme caderno para os serviços de vigilância no Estado de Alagoas, em 2019 (pg. 29), indica o percentual de 6,79% para Lucro, em atenção à metodologia adotada pela FIA em estudos de 2014/2015. Em pesquisa com 15 (quinze) resultados de licitações e conforme mapa comparativo, apurou-se o Lucro médio de 0,76%. Portanto, razoável adotar para fixação do preço máximo 5% de lucro.
Memória de Cálculo: (Módulos 1 + 2+ 3+ 4 + 5 + CI) x (% de lucro);
C – Tributos – 8,65% (Lucro Presumido), sendo 0,65% para PIS, 3,00% para COFINS e 5% para ISS).
Memória de Cálculo: (Base de Cálculo x 8,65%) = ((Módulos 1 + 2 +3 + 4 + 5 + CI + lucro / Fator) x 8,65%)), onde Fator = ((1 – (PIS% + CONFINS% + ISS%)) = Fator = 0,9135
C.1. – PIS - 0,65% (Lucro Presumido). Cálculo: Base de Cálculo x 0,65% = ((Módulos 1 + 2 +3 + 4 + 5 + CI + lucro / Fator) x 0,65%));
C.2. – CONFINS – 3,00% (Lucro Presumido). Cálculo: Base de Cálculo x 0,65% = ((Módulos 1 + 2 +3 + 4 + 5 + CI + lucro / Fator) x 0,65%));
C.1 – ISS - 5,00% (Lucro Presumido). Cálculo: Base de Cálculo x 0,65% = ((Módulos 1 + 2 +3 + 4 + 5 + CI + lucro / Fator) x 0,65%));

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.608,24	1.802,80
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.385,81	1.509,16
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	118,53	132,87
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	362,65	403,89
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	135,59	135,59
Subtotal (A + B +C+ D+E)		3.610,78	3.984,24
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	747,06	824,33
Valor Total por Empregado		4.357,84	4.808,61

VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DA PROPOSTA			
	Detalhamento	Valor (R\$) (DIURNO)	Valor (R\$) (NOTURNO)
A	Valor proposto para o posto (2 vigilantes)	8.715,76	9.617,29
B	Valor mensal (2 postos diurnos e 3 noturnos)	17.431,52	28.851,87
C	Valor Anual por tipo de posto (Mensal x 12 meses)	209.178,24	346.222,44
D	Valor global da proposta (diurno + noturno)	R\$ 555.400,68	

* Valor global máximo estimado: **Quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos reais e sessenta e oito centavos.**

Maceió/AL, 24 de setembro de 2021

Fernando Ferraz Fernandes de Oliveira
Administrador – matrícula 14001

MAPAS COMPARATIVOS DOS PREÇOS PESQUISADOS

- Trata-se de complementação da pesquisa inicial de preços para contratação dos serviços de vigilância de interesse da Superintendência Regional em Alagoas, conforme Processo SEI 08230.004327/2021-91.
- Opinou a Consultoria Jurídica da União, por meio da Nota 168/2021 E-CJU/SCOM/CGU/AGU (doc. 20354148), sobre a necessidade deste órgão licitante preencher/elaborar adequadamente a planilha de custos e formação de preços, prevista no Anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 05/2017, orientação oportuna e que ensejou a complementação supracitada.
- A pesquisa foi elaborada seguindo as diretrizes da IN 73/2020 – SEGES e da Portaria nº 449 – SE/MJSP.
- Para identificação dos preços praticados foram realizadas consultas ao Painel de Preços do Ministério da Economia – ME, por meio dos seguintes parâmetros: i) licitações realizadas em 2021; ii) licitações realizadas em AL, SE e PE; e iii) códigos 24015, 23957 e 23647 (Serviço de Vigilância Armada/Orgânica).
- Para definição dos parâmetros referenciais foram utilizados os preços praticados em contratações similares e realizadas há no máximo um ano da data desta pesquisa.
- Foram identificados valores referenciais para: Submódulo 2.2 (GPS, FGTS e Outras Contribuições), Módulo 3 (Provisão para Rescisão), Submódulo 4.1 (Ausências Legais) e Insumos Diversos (uniformes / materiais / equipamentos), Custos Indiretos, Lucro e Seguro de Vida. Os citados componentes do preço do serviço em análise são todos variáveis e não atrelados à Convenção Coletiva da Categoria.
- Ainda para definição dos valores referenciais foi utilizada a média como medida de tendência e para exclusão dos valores inexequíveis ou excessivamente elevados definiu-se: i) o desvio padrão das amostras pesquisadas; ii) os limites mínimos e máximos (extremos das amostras) com aplicação do desvio padrão; e iii) exclusão dos valores extremos, ou seja, abaixo do limite mínimo e acima do limite máximo, para definição do valor médio final.
- Já para definição do valor global dos serviços foram consideradas apenas as planilhas das licitações no Estado de Alagoas, que utilizaram a CCT/2021 vinculada a categoria de vigilantes.
- Os resultados restam consignados nos mapas comparativos a seguir:

9.1 Referenciais para Submódulos 2.2 e 4.1. Módulo 3, Custos Indiretos, Lucro e Seguro de Vida:

Nº	Órgão	Submódulo 2.2 (%)	Módulo 3 (%)	Submódulo 4.1 (%)	Custos Indiretos	Lucro	Seguro de Vida
1	CIA HFA	36,20	10,53	13,46	1,20	1,20	4,00

2	CBTU/AL	36,80	6,63	3,82	1,10	1,00	3,36
3	CIA VSF	31,00	6,53	6,40	1,05	1,16	-
4	IPHAN	36,80	7,18	2,26	4,26	2,50	6,50
5	MAPA	28,00	7,12	1,31	0,50	0,50	5,00
6	ANATEL	31,00	4,18	10,40	0,13	0,11	12,00
7	PF/SE	36,26	11,56	3,48	8,20	3,00	6,80
8	EBSERH	37,40	7,17	3,23	0,50	0,50	7,20
9	IF - SERTÃO	29,50	6,96	11,54	1,40	1,00	16,29
10	CREA/SE	28,00	7,12	1,40	1,90	1,00	5,00
11	INSS/PE	35,80	7,07	1,16	0,25	0,25	10,00
12	EMBRAPA/AL	36,80	5,30	1,30	1,00	0,51	10,00
13	DNOCS/AL	33,01	7,08	1,59	1,00	2,85	-
14	DEFENSORIA/AL	33,35	8,10	9,16	1,20		8,13
15	TRE/AL	36,80	6,41	20,55	0,50	0,50	-
Média		33,78	6,94	6,22	1,61	1,15	7,86
Desvio Padrão		3,45	1,45	6,10	2,07	0,92	3,56
Limite Min.		30,33	5,49	0,12	-0,46	0,23	4,29
Limite Máx.		37,24	8,39	12,32	3,68	2,07	11,42
Média		34,89	7,03	4,06	0,90	0,76	7,33
Nota - Valores em vermelho não foram considerados na média final por estarem além dos limites mínimo e máximo. Valores em negrito não foram considerados, em razão da metodologia diferente de apuração.							

9.2 Valores referenciais do preço da mão de obra (vigilância):

Nº	Órgão	Posto 12x 36 Diurno (R\$)	Posto 12 X 36 Noturno (R\$)
1	CBTU/AL	7.599,08	8.507,66
2	EMBRAPA/AL	7.072,23	7.741,18
3	DEFENSORIA/AL	7.380,62	8.946,52
4	TER/AL	7.530,30	8.317,16
5	DNOCS/AL	7.500,34	8.286,98
	Média	7.416,51	8.359,90
	Desvio Padrão	208,041	434,717
	Limite Min.	7.208,47	7.925,18
	Limite Máx.	7.624,56	8.794,62
	Média	R\$ 7.502,59	R\$ 8.370,60

Nota - Valores em vermelho não foram considerados para média final.

9.3 Valores referenciais para insumos diversos (uniformes, materiais e equipamentos):

Mapa comparativo para valor dos insumos (uniformes, materiais e equipamentos)																		
DESCRIÇÃO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS	PREÇO ATUAL SR/PF/AL PE 5/2021B	CIA. HSF S/A UG910813 PE 1842/2020	CBTU UG275078 PE 14/2020	CIA. VSF UG195002 PE 26/2020	IPHAN UG343035 PE 01/2021	MAPA UG130028 PE 01/2021	ANATEL UG413007 PE 2/2021	PF UG200344 PE 7/2020	EBSERH UG155180 PE10/2021	IF SERTÃO UG158149 PE 01/2021	CREA UG927163 PE21/2020	INSS UG927163 PE 21/2020	EMBRAPA UG 130240 PE 1/2021	PREÇO MÉDIO DOS ITENS	DESVIO PADRÃO (DP)	EXTREMO MÍNIMO = Preço Médio - DP	EXTREMO MÁXIMO = Preço Médio + DP	MÉDIA FINAL POR ITEM
a) Calça;	14,67	13,33	23,00		13,33	11,67	6,25	15,00	5,83	15,79	13,33		10,00	12,75	4,94	7,82	17,69	13,21
b) Camisa de mangas	13,17	13,33	21,00		11,68	11,67	10,36	13,00	5,00	10,80	13,33		12,00	12,22	3,92	8,30	16,14	12,02
b) Camisa de mangas curtas;	11,50	13,33	21,00		11,68		10,36	13,00	5,00		13,33			12,53	4,75	7,78	17,28	12,34
c) Cinto de Nylon;	1,50	0,75	2,42			0,83	0,53	1,67	1,25	1,88	2,50		5,00	1,87	1,37	0,50	3,24	1,48
d) Sapatos;	9,17	3,33	13,00	5,42	6,50	10,83	2,45	3,25	4,42	15,79	15,00		30,00	10,00	8,24	1,75	18,24	8,00
e) Meias;	1,98	1,33			1,98	1,67	2,50	0,33	0,83	1,22			5,00	1,86	1,43	0,42	3,29	1,59
f) Quepe com emblema;	1,92		1,83	0,89	0,76	0,83		0,83	2,30	1,59	1,25		1,63	1,35	0,59	0,75	1,94	1,20
g) Jaqueta de frio ou Japona;	5,83				6,67			8,33		8,87			20,00	10,97	6,09	4,87	17,06	7,96
h) Capa de chuva;	1,38	0,63			1,67		0,50	1,00	1,67	2,53	2,50		2,50	1,62	0,85	0,78	2,47	1,45
i) Crachá;	0,70		0,46		1,17		0,13		0,42	0,59	0,76		5,00	1,22	1,70	-0,48	2,92	0,59
j) Revólver calibre 38;	49,67	9,97	76,93	233,33	96,67		30,00	29,50	25,41	5,16	66,67	35,00	20,83	57,22	65,06	-7,84	122,29	39,61
k) Cinto com celdre e baleiro;	8,36	1,04	7,29	8,33	3,33		1,25	1,67	4,17	1,00	1,55		3,33	3,30	2,63	0,66	5,93	2,17
l) Munição calibre 38;	6,80	2,48	6,04	2,50	4,40		0,06	0,50	2,24	1,63	1,66	1,58	7,50	2,78	2,29	0,49	5,07	2,36
m) Distintivo tipo Broche;	0,79				0,67		0,63	0,42	0,42				1,25	0,68	0,34	0,34	1,02	0,53
n) Livro de Ocorrência;	1,21	0,29	1,56		1,67		0,10	0,83		0,23			3,33	0,52	1,09	-0,02	2,16	0,74
o) Cassetete;	4,55		0,56		2,50		1,00	2,50	6,38	0,42		2,71	5,00	2,63	2,12	0,51	4,75	2,61
p) Porta Cassetete;	2,17		0,71		1,00		0,17	5,00	6,00	6,23		1,96	3,33	2,63	2,31	0,32	4,93	1,75
q) Apito;	1,03	0,22	0,67		2,00			0,25	0,83	0,06	1,18	3,33	0,83	1,04	1,04	0,00	2,08	0,76
r) Cordão de Apito;			0,40	1,33									1,67	0,83	1,06	0,56	0,50	1,62
s) Lanterna 3 pilhas;	4,02	0,63	4,83	1,67	3,70		1,02	3,33	3,33	0,26	1,33	4,17	0,21	2,23	1,68	0,55	3,91	2,14
t) Pilha para lanterna;	16,00			---				0,83					2,50	0,63	1,32	1,07	0,25	2,39
u) Coletes à prova de balas	12,00		32,92	75,00	35,83		7,00	4,77	10,00		15,33	12,50	8,33	22,41	22,65	-0,24	45,06	15,84
v) Capa para colete	4,17	6,67	5,00		7,50	3,33	4,75	5,83	5,00			2,50		5,07	1,64	3,44	6,71	5,45
Total	R\$ 172,59												Total	R\$ 169,82			Total	R\$ 135,59

Observações: (1) Na planilha do INSS não foi possível identificar o valor detalhado para alguns itens de uniforme. (2) A planilha da contratação do DNOCS não detalhou os preços dos insumos (uniformes e equipamentos).

Observações: (1) Na planilha do INSS não foi possível identificar o valor detalhado para alguns itens de uniforme. (2) A planilha da contratação do DNOCs não detalhou os preços dos insumos (uniformes e equipamentos).

Nota - A divergência de valor final do mapa acima e o documentos constante no SEI 20102699 é decorrente da soma em duplicidade do item "v".

9.4 Valores limite, conforme metodologia do Caderno de Estudos do Ministério da Economia para os serviços de vigilância no Estado de Alagoas (com atualização).

Nº de Postos	Valor Limite Mínimo (R\$/posto)	Valor Limite Máximo (R\$/Posto)	Valor Máximo Estimado pela SR/PF/AL
2 - Diurno	8.382,12	9.109,98	8.715,68
3 - Noturno	9.299,25	10.107,40	9.617,22

Nota - Para definição dos limites mínimo e máximo utilizou-se os valores previstos no Caderno de Estudos da SEGES/ME (pg. 5), referente aos serviços de vigilância para o Estado de Alagoas (2019), com a subtração do componente "Rateio da Chefia de Campo" (pg.31), custo não utilizado na contratação em análise e com a correção de 4,97% para o posto diurno e 3,29% para o posto noturno, resultando da variação apurada na tabela elaborada pela SR/PF/AL, quando aplicado o salário normativa previsto em 2019 (pg. 06).

10. As planilhas com os preços utilizados para elaboração dos comparativos deste estudos foram juntadas ao Processo de contratação nos arquivos SEI 20079310 e

Maceió/AL, 24 de setembro de 2021.

Fernando Ferraz Fernandes de Oliveira
Administrador – matrícula 1400



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA, Pregoeiro(a)**, em 24/09/2021, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20442441** e o código CRC **BEBEC86**.